

Emendas 191 a 224

Baseadas nas sugestões de alterações enviadas pelo Conselheiro Marcos Couto

Emenda 191

Art. 2º

I – **efetivar** a integração, organização, catalogação e disponibilização de informações ambientais;

Emenda 192

Art. 2º

XI - **assegurar** sejam respeitados, preservados e mantidos o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica;

Emenda 193

Art. 3º

XV - **assegurar** formas para garantir às populações tradicionais, cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior de unidades de conservação, meios de subsistência alternativos;

Emenda 194

Art. 3º

XVI - **assegurar** formas para a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos da pesquisa e do uso dos recursos biológicos e genéticos, entre as fontes desses recursos, às Unidades de Conservação que lhes deram origem e aqueles que os utilizam de forma legal;

Emenda 195

Art. 3º

XXV - **assegurar** a proteção, de forma integrada e sempre que se mostrar conveniente e oportuna, de grandes áreas protegidas de diferentes categorias, próximas, justapostas ou contíguas, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e a restauração e recuperação dos ecossistemas nelas contidos;

Emenda 196

Art. 4º, II

b) Reserva Legal, área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada **nos termos do art. 12 da Lei federal 12.651/2012**, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

Emenda 197

Art. 4º (supressão do inciso III e parágrafos)

~~III – Outras áreas de interesse ambiental:~~

~~a) Estradas-Parque: infraestrutura de transporte linear compreendida compreendida em leitos de vias pedonais, estradas ou rodovias, incluindo as respectivas faixas de domínio,~~

~~eujo entorno, contado a partir do limite mais externo da faixa de domínio, no todo ou em parte, compreende área de atributos naturais de importância cênica cultural, educativa, recreativa ou de importância para a biodiversidade ou repositório de patrimônio genético, estejam inseridas ou não em outras áreas protegidas definidas neste Decreto;~~

~~b) Monumento Geológico: elementos da geodiversidade que apresentem alto valor científico, cultural, educacional ou turístico que necessitam de proteção especial;;~~

~~c) Área sob Proteção Especial em estudo: perímetro territorial definido em ato do Secretário do Meio Ambiente destinado à realização de estudos visando à possível implantação de soluções e instrumentos de política pública ambiental com vistas a manutenção da integridade de ecossistemas locais ameaçados;~~

~~d) Paisagem Cultural, porção peculiar do território paulista, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores;~~

~~e) Eco-Museu: área de valor simbólico, constituída por patrimônio material e seu contexto natural, com seu perímetro e funções devidamente definidos, reconhecida e gerida por segmentos autônomos da sociedade, com ou sem parceria do Poder Público;~~

~~f) Áreas de entorno de Cavidades Naturais Subterrâneas, sendo estas todo e qualquer espaço subterrâneo acessível pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, fuma, ou buraco, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que tenham sido formados por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou tipo de rocha encaixante.~~

~~§ 1º— As áreas a que se refere o inciso I, ‘a’, deste artigo, são destinadas à preservação da natureza, de forma a manter os ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, aplicando-lhes os dispositivos da legislação específica vigente.~~

~~§ 2º— As áreas a que se refere o inciso I, ‘b’, deste artigo, são destinadas principalmente à compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, aplicando-lhes os dispositivos da legislação específica vigente.~~

~~§ 3º— O SIGAP deverá levar também em consideração os Mosaicos de Unidades de Conservação.~~

~~§ 4º— O reconhecimento de espaços territoriais nas categorias expressas no inciso III deste artigo deverá:~~

~~I— ter sua definição e processo feito por norma específica, da qual constarão os responsáveis pela gestão, os objetivos específicos perseguidos; e~~

~~II— ser implementado e executado por decreto Específico, para cada espaço territorial de interesse.~~

Emenda 198

Art. 25

II - realização de audiência pública em um ou mais municípios e povoados a ser abrangidos pelo território da unidade de conservação, contando com o fornecimento, por parte do poder público, das informações à população local e a outras partes

interessadas, de forma adequada e inteligível, ressalvados os casos excepcionados por lei;

Emenda 199

Art. 25

III - publicação de Resolução do Secretário do Meio Ambiente, **após deliberação do CONSEMA**, com indicação da categoria da unidade a ser criada, acompanhada de resumo das justificativas para a criação, de memorial descritivo e mapa da área;

Emenda 200

Art. 26 - No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato a que se refere o inciso III, do **art. 25**, os interessados poderão impugnar a criação da Unidade de Conservação.

Emenda 201

Art. 26

§ 1º - A impugnação deverá ser apresentada à Secretaria do Meio Ambiente, **em quaisquer dos órgãos de sua estrutura**, fundamentada em justificativa técnica que demonstre incorreções ou vícios no procedimento de criação da unidade.

Emenda 202

Art. 26

§ 2º - A impugnação será encaminhada ao órgão gestor proponente da criação da unidade, que terá o prazo de **90 (noventa)** dias para apresentar manifestação.

Emenda 203

Art. 26

§ 3º - A apreciação final da impugnação caberá ao Secretário do Meio Ambiente, **após deliberação do CONSEMA**, que poderá solicitar correções e complementações. ~~ou encaminhar o processo de criação da unidade ao CONSEMA.~~

Emenda 204

Art. 26

§ 4º - Com apreciação final rejeitando a impugnação caberá ao Secretário do Meio Ambiente, encaminhar o processo de criação da unidade ao CONSEMA.

Emenda 205

Art. 27 - Concluídos os procedimentos preparatórios a que se refere o **art. 25**, a criação de Unidade de Conservação estadual será submetida a ato do Governador ou da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Emenda 206

Art. 28 - A ampliação dos limites de uma Unidade de Conservação existente, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no **art. 25, inciso II**, deste decreto.

Emenda 207

Art. 29 - A desafetação ou redução dos limites de uma Unidade de Conservação estadual só pode ser feita mediante lei específica e somente quando sejam atendidos todos aos seguintes procedimentos preparatórios:

I - constatação, por meio de estudos técnicos, pelo órgão ambiental executor descrito no artigo 3, inciso III, discriminando: **a.** o contexto e as causas envolvidas dos fenômenos ambientais impactantes; **b.** as razões gerais e específicas dos riscos envolvidos; **c.** descrição e comprovação do grau de dificuldade ou neutralização dos impactos; **d.** identificação da área atingida, localização, dimensão, limites; **e.** caracterização técnica quantitativa e qualitativa da fauna e flora da área atingida; **f.** medidas mitigadoras e compensatórias ambientais das consequências advindas com a alteração ou desafetação da área atingida.

II – deliberação favorável do conselho gestor da referida Unidade;

III - realização de três audiências públicas em um ou mais municípios e povoados abrangidos pelo território da unidade de conservação, assegurando que estas audiências se realizem também no entorno da área diretamente atingida; contando com o fornecimento, por parte do poder público, das informações descritas no inciso I à população local e a outras partes interessadas, de forma adequada e inteligível, ressalvadas os casos excepcionados por lei;

IV - publicação de Resolução do Secretário do Meio Ambiente, após deliberação favorável do CONSEMA, com indicação das alterações e ou desafetações propostas, acompanhada com o resumo das justificativas para a alteração ou desafetação, a referencia a deliberação do CONSEMA, memorial descritivo e mapa da área atingida, alterada ou desafetada;

§ 1º - A área reduzida de uma unidade de proteção integral deverá ser incluída em outra unidade de igual categoria de restrição e no mesmo bioma, sendo permitido exclusivamente no caso da desafetação ter sido justificada pelo fato da área natural abrigar populações tradicionais ocupantes anteriormente a sua criação, que a área desafetada seja incluída em categoria de menor restrição, de forma que o intuito de preservação da área seja mantido e compatibilizado com a outorga de condições e meios necessários para a subsistência física e cultural destas, promovendo a regularização fundiária destas ocupações.

§ 2º - Considera-se equivalente para fins de interpretação deste artigo, a coincidência de estágio da fitofisionomia em análise nos termos da Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e da Lei 13.550/2009 (Lei do Cerrado), conforme o bioma específico.

Emenda 208

Art. 30 (incluir § 1º, renumerando os demais)

§ 1º – A Unidade de Conservação que apresente em seu entorno área urbana consolidada, vila, povoado ou ocupação de comunidades tradicionais, ou seu entorno esteja inscrito em área de expansão urbana no plano diretor do município ou equivalente legalmente instituído pelo município, estão excluídas da determinação do caput, devendo ser considerado as regras de uso e ocupação dos respectivos planos diretores municipais.

Emenda 209

Art. 30

§ 2º (§ 3º) - Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas referidas no ~~§ 1º~~ **§ 2º** poderão ser estabelecidos no ato de criação da

unidade ou posteriormente, considerando os termos da legislação municipal à época e a regra descrita no parágrafo § 1º.

Emenda 210

Art. 41

VII – garantir a participação da população no processo de gestão e garantir o acesso à informação a todos os interessados.

Emenda 211

Art. 43 - O CONSEMA, por meio de deliberação normativa, deverá estabelecer, no prazo de 90 (noventa) dias, as atribuições, a composição e as regras de funcionamento dos conselhos de unidades de conservação e dos conselhos consultivos de mosaicos, respeitada a legislação específica.

Emenda 212

Art. 46 – O Secretário de Meio Ambiente por portaria instituirá grupo de trabalho no prazo de 90 dias da publicação deste decreto, composto por representantes dos órgãos responsáveis pela fiscalização, sendo que seus membros serão indicados por cada órgão, devendo após sua instalação proceder a escolha do relator responsável do Plano de Fiscalização Integrada determinando a respectiva agenda de trabalho, devendo o Plano de Fiscalização Integrada conter:

Emenda 213

Art. 46

I - ações de monitoramento e fiscalização no interior e nas zonas de amortecimento das Unidades de Conservação que garantam com eficácia o respeito às regras estabelecidas para a gestão da unidade;

Emenda 214

Art. 46

II - procedimentos e conceitos essenciais ao exercício da fiscalização ambiental, objetivando a adequada compreensão por parte da sociedade de seus direitos e obrigações em relação à gestão da unidade;

Emenda 215

Art. 46

III - metodologia para o planejamento, execução e controle das ações conjuntas dos órgãos envolvidos, proporcionando a avaliação e aperfeiçoamento das ações e estratégias realizadas;

Emenda 216

Art. 46

IV – sistema digital de informação proporcionando o acesso direto e simplificado dos conteúdos materiais ;

Emenda 217

Art. 46

V - programas de treinamento e capacitação de pessoal oportunizando o aperfeiçoamento técnico de todos os envolvidos na gestão da unidade;

Emenda 218

Art. 46

VI - utilização de tecnologia avançada e técnicas de inteligência **que garantam com eficácia e segurança o conhecimento e o controle das atividades desenvolvidas na unidade e em seu entorno;**

Emenda 219

Art. 46

VII – **sistema eficaz de** intercâmbio de informações com a Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a União e os Municípios, visando ao combate a crimes ambientais;

Emenda 220

Art. 46

VIII – **soluções que garantam o** envolvimento da sociedade civil, de entidades ambientalistas e das comunidades do entorno das unidades de conservação;

Emenda 221

Art. 46

IX - estabelecimento de metas com **objetivo de atender as premissas do** desmatamento zero e da erradicação do extrativismo ilegal, **da destruição de habitats** e da caça;

Emenda 222

Art. 46

X – **estabelecimento de** indicadores ambientais que mensurem a eficácia e a efetividade das ações implantadas; e

Emenda 223

Art. 46

XI – **sistema de** diagnóstico **e prognóstico** das Unidades de Conservação no que se refere às atividades de fiscalização.

Emenda 224

Art. 46

Parágrafo único – O grupo de trabalho após constituído terá o prazo de 180 dias para apresentar a proposta do Plano de Fiscalização Integrada que será encaminhada ao CONSEMA para conhecimento e deliberação.